

Carta de Salvador

Os Secretários Municipais de Saúde do Brasil, reunidos em Salvador/BA nos dias 24, 25 e 26 de Agosto de 2000, reafirmam em seu XVI Congresso, o compromisso com a população brasileira para a construção das condições que garantam o exercício do direito à saúde e com os princípios e diretrizes orientadores do SUS, destacando:

- Os municípios brasileiros constituem-se em entes federados dotados de autonomia, conforme definido na Constituição Federal;
- A municipalização ocorrida durante a década de 90 foi de fundamental importância para o processo de construção do SUS ampliando significativamente o acesso da população a serviços de saúde maior qualidade, diferenciando o modelo de atenção e qualificando a gestão descentralizada;
- O avanço do processo de reorganização do sistema de saúde exige hoje, a maior ênfase em sua articulação em bases regionais e microrregionais;
- É de fundamental importância que as políticas de descentralização do SUS respeitem a capacidade de gestão municipal adquirida ao longo desse processo, garantindo-se a transferência global das ações e serviços de saúde;
- A recente aprovação da PEC, que contou com a intensa mobilização e participação dos Secretários Municipais de saúde, cria um novo cenário que supera alguns entraves financeiros históricos e possibilita a regularidade e estabilidade de fluxos financeiros capazes de financiar a equidade no acesso, a resolubilidade e a qualidade das ações e serviços de saúde;
- Para a concretização dessa possibilidade exige-se a efetiva participação dos Secretários Municipais de Saúde em sua regulamentação;
- O reconhecimento da importância dos recursos humanos no processo de construção do SUS que garanta uma atenção com maior qualidade às necessidades de saúde da população exige ações que impliquem no desenvolvimento de processos de formação e capacitação permanente bem como na adequação das modalidades de contratação e vinculação dos profissionais ao SUS;
- A XI Conferência Nacional de Saúde, a se realizar em dezembro de 2000, é arena fundamental no processo de construção das bases sociais capazes de garantir tais princípios.

Esta pauta de proposições requer uma continua e incisiva atuação dos Secretários Municipais de Saúde junto as outras esferas de governo e organizações e movimentos da Sociedade Civil.



Finalmente cabe especial atenção o estabelecimento de um processo de transição para os Novos Gestores Municipais de Saúde contemplando um amplo debate sobre o papel do CONASEMS e estas questões que compõe a agenda da entidade.

SALVADOR, AGOSTO DE 2000

